



Organizar acervos no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Considerações a respeito do ofício de um historiador

GABRIELA D'AVILA BRÖNSTRUP¹

As diversas áreas do conhecimento que utilizam acervos possuem expectativas e práticas peculiares em relação a eles. Tais expectativas e práticas modificam-se no tempo juntamente com a maneira de conceber o próprio ofício. Destacamos nesta comunicação o interesse do historiador Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1849) pela organização de acervos nas primeiras décadas do século XX e, por meio desse estudo preliminar, problematizamos a organização acervos no Brasil e suas relações com a produção do conhecimento histórico no período.

Rodolfo Garcia nasceu em Ceará-Mirim, no estado do Rio Grande do Norte, graduou-se em Direito no Recife-PE onde trabalhou como jornalista, professor de História, Geografia, Francês e Português nos Colégios Wolf e Santa Margarida. Mudou-se para o Rio de Janeiro, atuando inicialmente como bibliotecário no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nas décadas de 1930 a 1940 esteve inserido nos principais locais de produção do conhecimento histórico - como membro da Academia Brasileira de Letras, sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, diretor do Museu Histórico Nacional de 1930 até 1932, ano em que deu início ao primeiro curso de museus do Brasil.

Segundo Siqueira et al., no *Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, Rio de Janeiro* (SIQUEIRA et al., 2008:142):

A idéia de criação de um Curso de Museus remonta à criação do Museu Histórico Nacional - MHN, idealizado por Gustavo Barroso, em 1922. Dois fatos interligados, a criação do MHN e, na gestão de Rodolfo Garcia no museu, o advento do Curso Técnico de Museus, em 1932, gerido posteriormente por Barroso, ainda que separados por dez anos, materializam o nacionalismo característico do contexto das transformações políticas e ideológicas que repercutiram na área cultural, nesse período.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis. A pesquisa que resultou neste texto se deu sob orientação da professora doutora Karina Anhezini e contou com financiamento do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa - PNAP e da Biblioteca nacional.

Nas decisões e escolhas que competem ao diretor de um acervo, como a própria disposição e organização deste, ou a aquisição de novas peças, bem como a disponibilização de determinada formação aos funcionários, é possível perceber elementos de como se concebe o conhecimento e a função da instituição. Com a fundação do Museu Histórico Nacional pelo Presidente Epitácio Pessoa aprovado pelo Decreto Nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, inicia-se também a exposição de uma visão do Brasil que se aproximava da civilização, graças à presença e tradição portuguesa.

Nas décadas de 1920 e 1930 o Estado instituiu projetos e políticas que elegeram bens móveis e imóveis para concebê-los como patrimônio nacional, iniciativas que acompanharam um projeto mais amplo de fortalecimento da ideia do Brasil enquanto nação, onde a modernização e civilização compuseram sua identidade, tendo como referencial as nações europeias. Nesse cenário da década de 1930, quando aumentaram os investimentos na formação de profissionais e na criação de universidades, criou-se o primeiro curso de museologia das Américas, abrindo caminhos para o curso de Museologia da Universidade de Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO, onde funciona a Escola de Museologia) que conferiu-lhe mandato universitário em 1951.

Conforme o Decreto de criação do curso técnico de museus nº 21.129, de 7 de março de 1932, ele iniciou vinculado à Direção do Museu Histórico Nacional, com a duração de dois anos e o objetivo de habilitar técnicos para ocupar o cargo de 3º Oficial da instituição. Até então os funcionários responsáveis pela conservação de acervos não contavam com uma formação específica e no caso do Museu Histórico Nacional o ingresso como funcionário da instituição se dava por indicações das relações pessoais do diretor.

Ao investigar a construção do caráter educativo do Museu Histórico Nacional, Ana Carolina Gelmini de Faria identifica no Curso de Museus uma das representações educativas da instituição que se deve destacar, porque, segundo a autora, constituiu uma matriz intelectual dos museus brasileiros à medida que os profissionais oriundos do Curso, titulados como conservadores de museus, disseminaram as concepções do Museu Histórico Nacional para outras instituições e profissionais, configurando o Curso

de Museus como formação embrionária do que é atualmente a graduação em Museologia, disponível em 14 universidades do Brasil. (FARIA, 2013:104).

Quanto ao quadro de professores da primeira turma do Curso de Museus, formada em dezembro de 1933, Ivan Coelho de Sá, diretor da Escola de Museologia, afirma no texto *80 anos da Escola de Museologia – UNIRIO*, disponível em: <http://www.unirio.br/museologia/escolademuseologia/apresentacao.htm> que:

*Neste período inicial, o quadro de professores era composto por funcionários do próprio Museu: Dr. **Gustavo Barroso**, professor de Técnica de Museus, Sigilografia, Epigrafia e Cronologia; Dr. **Rodolfo Garcia** e Dr. **Pedro Calmon**, professores de História Política e Administrativa do Brasil; Dr. **Joaquim Menezes de Oliva**, professor de História da Arte; Dr. **João Anyone Costa**, professor de Arqueologia Aplicada ao Brasil e o Dr. **Edgar de Araújo Romero**, professor de Numismática. Estes professores não eram remunerados pela função de docente, uma vez que o Decreto 24.735, de 14 de julho de 1934 que aprovara o Novo Regulamento do MHN, não previra o aumento de despesa.*

Em 1932, Pedro Calmon é um dos letrados que compuseram o corpo docente do novo curso de Museus, ministrando o curso de “extensão universitária” de História da Civilização Brasileira no Museu Histórico Nacional. Calmon também se dedicou a essa cadeira em 1935 na Universidade do Distrito Federal. Dela resultou seu primeiro livro *História da Civilização Brasileira*. A relação de Pedro Calmon com o Museu Histórico Nacional precede a direção Rodolfo Garcia na instituição e durante esta, lembra em prefácio à obra *Escritos Avulsos* que Garcia associou-o “benevolamente ao governo da casa”. (GARCIA, 1973). Veio da Bahia para o Rio de Janeiro em 1922, a pedido de seu padrinho Miguel Calmon, para trabalhar como secretário da Comissão Promotora do Centenário da Independência, e em 1925 foi nomeado conservador do Museu Histórico Nacional.

Em carta enviada por Pedro Calmon a Rodolfo Garcia no período da gestão deste, há uma sugestão a respeito da disposição de um objeto no acervo, que permite identificar a consideração da Europa como referência estética, buscando representar também o Brasil e, especialmente, as elites brasileiras nesse padrão. Ao expressar a consideração da Máscara de Napoleão como peça de alto valor, aponta com que

conjunto seria adequado expô-la “embaixo dos retratos de amigos estrangeiros de D. João VI,” para que forme “ambiente europeu” (DAMASCENO, 1970: 87).

Leio na Patrie Suisse que só se conhecem quatro ou cinco máscaras de Napoleão, com a rubrica do Dr. Autommarché. Uma delas é um dos melhores objetos do museu de família do príncipe Vítor Napoleão, em Bruxelas. Portanto a nossa é um objeto de altíssimo valor, que ficaria bem - parece-me - embaixo dos retratos dos amigos estrangeiros de D. João VI, formando ambiente europeu. É uma sugestão, que o Senhor meu caro Dr. Garcia, acolherá como uma certeza de que tenho aí o pensamento.

A organização das salas de exposição do acervo do Museu Histórico Nacional passou por diversas mudanças durante o período em que Rodolfo Garcia esteve como diretor da instituição. Já não eram mais nomeadas de acordo com as coleções, mas por acontecimentos históricos e personagens. Nesse sentido, Aline Montenegro Magalhães bem observou que “Rodolfo Garcia consolidou a concepção de história do século XIX na prática de escrever narrativas com objetos”, (MAGALHÃES, 2004: 43).

Essa maneira de narrar a história utilizou-se de uma cronologia centrada na tradição portuguesa, e na eleição de grandes personagens para que representassem a polidez da aristocracia brasileira e se tornassem exemplos de dedicação a nação. As salas principais foram organizadas do seguinte modo: Arcada dos Descobrimentos (no Pátio de Minerva, logo à entrada do Museu); Colônia (Sala D. João VI); 1º e 2º Reinados (respectivamente Pedro I e Pedro II); Marinha (Tamandaré); Paraguai (Duque de Caxias); Osório, Miguel Calmon², Jóias (Guilherme Guinle); Sala da Nobreza Brasileira e Getúlio Vargas, dentre outras.

Entretanto, foi ao trabalho com acervos bibliográficos que Rodolfo Garcia dedicou maior tempo em seu percurso. Ele foi um dos primeiros intelectuais preocupado com a divulgação do Sistema de classificação decimal no Brasil, criado em 1873 por Melvin Dewey. Escreveu, em 1914, a tese “Sistemas de classificação bibliográfica - Da classificação decimal e suas vantagens” com a qual concorreu à vaga de bibliotecário do Museu Nacional. Apesar da reprovação no concurso, o estudo de Rodolfo Garcia

² A doação da Coleção Miguel Calmon por sua esposa Alice da Porciúncula Calmon Du Pin ao MHN em 1936, foi objeto de estudo de Regina Abreu na obra *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Ao investigar as motivações dessa doação, bem como os critérios de seleção dos objetos que a compuseram, a autora observa que “O perfil do titular da coleção é delineado por meio dessa construção modelar de homem público”. (ABREU, 1996: 142).

apresentou para o público brasileiro a sexta edição, a mais recente no período, da obra de Dewey. Em sua classificação, Dewey criou um quadro sistemático de matérias composto por dez classes que correspondiam às grandes divisões do conhecimento humano que se subdividiam em dez subclasses e assim sucessivamente, conforme a necessidade de cada grupo. Cabe observarmos que mesmo uma organização técnica parte de uma dada concepção, no caso da classificação de Dewey, atrelada às definições consensuais do período, para cada área do conhecimento. A história não foi considerada disciplina autônoma em 1899, data da sexta edição, e aparece representada juntamente com a Geografia pelo número nove, tendo as seguintes subclasses (GARCIA, 1969: 23):

9 HISTÓRIA, GEOGRAFIA

- 91 Geografia e viagens
- 92 Biografia.
- 93 História antiga.
- 94 História moderna da Europa.
- 95 História moderna da Ásia.
- 96 História moderna da África.
- 97 História moderna da América do Norte.
- 98 História moderna da América do sul.
- 99 História moderna da Oceania. Regiões polares.

A obra *Sistemas de classificação bibliográfica - Da classificação decimal e suas vantagens*, publicada em 1929 no Boletim do Museu Nacional, foi reimpressa em 1969 pela Associação Brasileira de Bibliotecários com dois objetivos, conforme consta em sua apresentação escrita por Antônio Caetano Dias. Um deles é homenagear o “Rodolfo Garcia Bibliotecário” como intitulou sua apresentação, pois considerava que não havia sido convenientemente examinada sua atuação como tal. Após relatar algumas das atividades de Rodolfo Garcia como bibliotecário, dá ênfase para as contribuições enquanto diretor da Biblioteca Nacional, (GARCIA, 1969: 4):

Teve a oportunidade de tomar algumas iniciativas que viriam a ter reflexos decisivos no desenvolvimento da ciência biblioteconômica em nosso país. Como, por exemplo, a reabertura dos Cursos de Biblioteconomia, logo ao iniciar sua administração, em 1932, interrompidos desde o ano de 1923. Alguns anos mais tarde, em 1944, promoveu a Reforma dos referidos Cursos, ampliando suas atribuições, modificando seu currículo e criando bolsas de estudo.

No mesmo período de incentivos à especialização profissional que possibilitou a criação do Curso de Museus na década de 1930, mencionado anteriormente, é que Rodolfo Garcia dedicou-se à reabertura dos Cursos de Biblioteconomia, criado por Manuel Cícero Peregrino Silva (1866-1956), enquanto diretor da Biblioteca Nacional entre 1900 e 1924, por meio do Decreto nº 8.835, de 11/07/1911 e extinto em 1922.³

É interessante observar que esse curso, bem como o de Museologia⁴, iniciou com o objetivo de atender a necessidade de formação apenas de pessoas que compunham o quadro de funcionários da Biblioteca Nacional e do Museu Histórico Nacional, e posteriormente expandiram-se para formar outros profissionais.

O outro objetivo da publicação da tese de Rodolfo Garcia seria proporcionar aos bibliotecários e estudantes de biblioteconomia o contato com um trabalho “altamente especializado”, pois, segundo Antônio Caetano Dias, no texto de apresentação a tese de que tratamos, os fundamentos históricos e bibliográficos permaneciam válidos para o conhecimento da História das Classificações Bibliográficas. Para compreendermos alguns dos fundamentos dessa tese, apresentaremos pontos nos quais é possível verificar uma preocupação simultânea do autor com a classificação bibliográfica e o ofício do historiador.

³ No histórico do site da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO, disponível em <http://www.unirio.br/cch/eb/ocurso.html#fragment-10>, há a uma breve explicação do percurso do curso “O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi o primeiro a ser fundado na América Latina e o terceiro no mundo, sob a égide da Biblioteca Nacional brasileira em 1911, originalmente para atender demanda interna de funcionários. O curso foi estruturado segundo o modelo europeu de ensino da Biblioteconomia, consagrado pela Escola de Chartes, com ênfase para o formato de caráter erudito. Em 1944, os Cursos foram reformulados, objetivando a formação de bibliotecários para quaisquer tipos de bibliotecas. Na década de 1960, atendendo as exigências da Documentação Científica, o Curso ampliou seu currículo e foi reconhecido como formação em nível superior conforme o Decreto n. 550, de 1 de fevereiro de 1962.”

⁴ A respeito do processo de expansão da função dos museus brasileiros na primeira metade do século XX, cabe destacarmos um trecho do texto já citado anteriormente, de Ivan Coelho de Sá, *80 anos da Escola de Museologia* – UNIRIO, disponível em: <http://www.unirio.br/museologia/escolademuseologia/apresentacao.htm>. “No Brasil, a preocupação com a criação de museus, ainda muito incipiente em todo o século XIX, restringia-se às instituições voltadas quase que exclusivamente à História Natural e a institutos históricos e geográficos regionais. Somente nas décadas de 1920 e 1930, os museus alcançaram uma dimensão maior com o desenvolvimento de uma política e de ideologias de tendências nacionalistas. As instituições museológicas passaram a ser encaradas sob outra ótica, a saber, como instrumentos de *status*, poder e ufanismo de um novo Estado que se “inventava” e que se “forjava”, tendo a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas como marcos fundamentais.”

Rodolfo Garcia trata inicialmente de algumas formas de organização de livros adotadas antes da elaboração das classificações bibliográficas. Momento em que se produziam listas tendo como critério de ordenação elementos como o título ou conteúdo. Rodolfo Garcia observa que as classificações precederam dois séculos ao advento da imprensa e segundo ele progrediram de modo simultâneo aos conhecimentos humanos e a indústria do livro. Destacamos esta percepção do autor de que há um progresso que é paralelo entre as classificações, a imprensa e o conhecimento humano, pois nos ajuda a compreender que em sua dedicação na organização de acervos no Brasil houve também uma preocupação em auxiliar para que o país partilhe desse progresso por meio da ilustração.

Na sequência do texto, Rodolfo Garcia apresenta diversos sistemas de classificação, seus autores, características gerais e combinações entre eles apontando assim a diversidade de formas de organização. Dentre elas está o sistema de Otto Hartwig que apresenta uma proposta interessante segundo ele, porém, que atenderia apenas às necessidades de uma biblioteca pequena, e o sistema de J. Schwartz em uso nos Estados Unidos da América, que tinha como inconveniente ser alfabeticamente ordenada, pois causava indistinção entre várias obras do mesmo autor que receberiam um único número.

Após essas apresentações de outros sistemas de classificação, Rodolfo Garcia atem-se à classificação decimal criada por Melvil Dewey e apresenta suas vantagens, conforme o título da obra indica. Um dos elementos que faz com que o autor perceba nesse sistema o mais adequado para responder as demandas modernas da organização do conhecimento, em consonância com a Conferência Bibliográfica Internacional de 1895 que também o adotou, é a uniformidade que tal classificação possibilitava, podendo ser utilizada em todos os países. Esta classificação não corresponderia apenas às necessidades de acomodação do acervo em uma biblioteca, mas segundo Garcia, facilitaria a classificação metódica e detalhada das obras.

Ao destacar essa uniformidade, percebemos que o mérito maior da Classificação Decimal de Dewey não estava restrito à organização de acervos nacionais, mas à possibilidade de inserção deles em uma rede internacional de comunicação científica. O

interesse por uma classificação “metódica e detalhada” das obras remete à dedicação de Garcia aos estudos históricos e à promoção do acesso a documentos considerados úteis ao historiador para a escrita da história da nação. Henry Rousso no artigo intitulado *O arquivo ou o indício de uma falta* contribui para a análise da relação entre o trabalho do historiador e o arquivo ao apontar que “a utilização de um “arquivo” pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de “fonte””, (ROUSSO, 1996:86).

Nos escritos de Rodolfo Garcia é recorrente a noção do documento como material com potencial de completar a história. Partindo dessa perspectiva, quanto maior o número de documentos verdadeiros encontrados pelo historiador e utilizados após serem submetidos ao método crítico, mais lacunas seriam preenchidas, até que a História estivesse, nas palavras de Garcia, completamente feita. No livro *Evidência da História: O que os historiadores veem*, François Hartog também trata dessas relações, tendo como foco principal as diferentes noções e usos da evidência. Nessa investigação, o autor percebe que no século XIX, momento em que a História é entendida como ciência, as “vozes” passam a ser as “fontes”, e as “testemunhas” acreditam assemelhar-se aos historiadores, (HARTOG, 2011).

O período em que Rodolfo Garcia dirigiu a Biblioteca Nacional, 1932-1945, requer uma análise detalhada a respeito dos fundamentos empregados pelo autor na organização do acervo da instituição e na publicação de *corpus* documentais que considerava importante para a escrita da história do Brasil. No entanto, nesse texto faremos apenas uma rápida análise a respeito de alguns aspectos de seu trabalho com os *Anais da Biblioteca Nacional*, tidos por ele como a publicação de maior relevância da instituição. Seus escritos contidos neles apresentam elementos expressivos a respeito de sua concepção de fontes, que interessam em nossa análise.

Logo que assumiu a direção, dedicou-se a colocar em dia as publicações em atraso e mantê-las com periodicidade proposta. Nessa publicação, além de ocupar o papel de revisor, escrevia as *Explicações* como denominou os textos que apresentam os conjuntos documentais publicados nos *Anais*. Ao apresentar a proveniência e o conteúdo do material, Rodolfo Garcia dirige-se especialmente aos pesquisadores, apontando as potencialidades dos documentos para a pesquisa histórica. Muitos desses

textos introdutórios publicados nos *Anais* entre 1932 e 1945 foram reunidos em 1973, ano do centenário de nascimento do autor, e editadas sob o título *Escritos Avulsos*.

Dentre os interessantes temas tratados nessas vinte e quatro *Explicações* destacamos nesse texto dois aspectos: sua percepção de temas e períodos considerados como carente de estudos e a necessidade de documentos para completar as “lacunas” da história.

Ao apresentar as cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos (1781-1838),⁵ funcionário da Real Biblioteca Portuguesa em Lisboa e a partir de 1811 no Rio de Janeiro, que foram escritas entre 1811 a 1821 e publicadas nos *Anais* de 1939, há uma consideração de Rodolfo Garcia que expressa sua preocupação em suprir as matérias de um período histórico eleito como interessante e de transição para a “moderna história do Brasil” (GARCIA, 1973:25):

Serão recebidas jubilosamente pelos que estudam o período histórico a que se referem – período mais que interessante, porque é o da transição da fase colonial, que findava, para o império independente, que ia em pouco iniciar-se, toda uma década da moderna história do Brasil, que está a exigir mais luzes e mais documentos.

Na explicação relativa aos *Índices das consultas do conselho da fazenda e do Códice de Mercês gerais* verifica-se também a preocupação com documentos e a crença na possibilidade de uma história “perfeita e acabada”, (GARCIA, 1973:71):

Tanto as consultas, como as Mercês, são documentos interessantes pelas notícias que com largueza proporcionam sobre os consultados e agraciados nelas contidos, em um período brasileiro que, quanto mais documentos surgirem, tanto mais ganhará sua história, ainda não perfeita e acabada.

Grande parte dos letrados que se dedicavam à escrita da história do Brasil nas primeiras décadas do século XX consideravam possível fazer história com a condição

⁵ Esse acervo está sob custódia da Biblioteca da Ajuda em Lisboa, e é formado por 185 cartas, em sua maioria destinadas ao seu pai, Francisco José dos Santos Marrocos. Tal conjunto documental foi editado por duas vezes. A primeira edição em 1939 pelos *Anais da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro. Nesse periódico Rodolfo Garcia presta homenagem a Marrocos por ter sido um dos primeiros funcionários da Biblioteca Nacional, segundo Garcia, as cópias autenticadas que estão sob custódia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foram obtidas e doadas pelo Sr. Luiz Edmundo. A segunda edição se deu em 2008. Os documentos foram publicados integralmente pela Biblioteca Nacional de Portugal em comemoração ao segundo centenário da vinda da família real ao Rio de Janeiro com o título *Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821/Luís Joaquim dos Santos Marrocos*.

de que houvesse documento, tal critério permanece vigente no trabalho do historiador, no entanto é a concepção do documento, os procedimentos e seus usos que se alteram. Muitos dos esforços desses letrados voltavam para a busca por documentos inéditos, bem como no trabalho de divulgar os procedimentos críticos a que deveriam ser submetidos.⁶

É interessante observarmos ainda na formação de acervos no Brasil, de modo específico o da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Museu Histórico Nacional, os esforços não se restringem a centralização das informações, mas a escolha de quais informações devem se destacar e divulgar, conforme os interesses de cada momento.

Na tese a respeito do sistema de classificação bibliográfica de Dewey, Rodolfo Garcia cita Ramiz Galvão como modelo e pioneiro entre os letrados brasileiros que contribuíram para a adaptação do Sistema decimal em relação às necessidades do Brasil (GARCIA, 1969: 30):

A classificação decimal não cogitou das subdivisões relativas à literatura e História de Portugal e Brasil. Esta lacuna preencheu o ilustrado SR. DR. Ramiz Galvão, quando organizou o catálogo do Gabinete Português de Leitura, pelas necessidades do meio servindo-se do modelo que Dewey instituiu para outros países.

Ramiz Galvão formou-se como bacharel em Letras pelo Colégio D. Pedro II onde também lecionou, e em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi sócio do IHGB, membro da Academia Brasileira de Letras e diretor da BN no período de 1870 a 1882 criando o periódico da instituição (GUIMARÃES, 2006).

Ao estudar *A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870-1882)*, Ana Paula Caldeiras percebe que houve nesse período uma transformação da instituição em um espaço de investigação e pesquisa para os que se dedicavam a escrever a história nacional. Tal transformação é entendida de maneira vinculada a concepção de Ramiz

⁶ A respeito dos usos documentais na historiografia brasileira do final do século XIX e início do século XX ver: ANHEZINI, K. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011; GONTIJO, R. *O "cruzado da inteligência": Capistrano de Abreu, memória e biografia*. Anos 90, Porto Alegre: 2007, vol.14, n.26, p.41-76; OLIVEIRA, M. G. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. São Paulo: FGV editora, 2013; SANTOS, P. A. C. *História erudita e popular: edição de textos na obra de Capistrano de Abreu*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Galvão a respeito da função de bibliotecário, como se denominava no período também o que ocupava o cargo de diretor: “desenterrar os tesouros esquecidos, organizá-los e arquivá-los e, por fim, trazê-los à público para que possibilitassem toda a sorte de pesquisas” tais ações sintetizam, segundo Caldeias, as principais atribuições de um bibliotecário, para Ramiz Galvão.

Esforços para cumprir essas ações são perceptíveis em sua obra mencionada na citação a cima, de autoria de Rodolfo Garcia: *Catálogo do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro: segundo o sistema e classificação decimal de Dewey*, publicada em 1906, em que há considerações técnicas sobre as diversas vantagens da classificação decimal para as bibliotecas buscando apresentar sua aplicação prática.

Observamos que nesse período, os que trabalhavam no âmbito da organização de acervos, em sua maioria eram letrados que não possuíam formação específica para o desempenho da função. Pensando de modo especial a respeito de Rodolfo Garcia formado em Direito, e em Ramiz Galvão em Letras e Medicina, percebemos que os intelectuais dedicados à organização de acervos no Brasil pertencem a diversas áreas do conhecimento. Talvez Maria da Glória Oliveira nos indique caminhos mais profícuos para essa análise em seu artigo: *Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista*, quando afirma que “não seria fortuito que no Brasil oitocentista, os homens de letras e de ciências compartilhassem os espaços institucionais dedicados à tarefa de inquirir o passado nacional”, (OLIVEIRA, 2011:47).

Mais do que deixar seus ofícios de formação pela organização de acervos, percebemos que a investigação para apurar a verdade do passado nacional não só permeou os esforços de profissionais de áreas de formação distintas, caso de Ramiz Galvão e Rodolfo Garcia, como incorporou algumas de suas técnicas. O desempenho da Medicina, área de formação de Galvão, requeria investigação em várias etapas de suas práticas, como no caso da identificação de sintomas para elaboração de um diagnóstico. A investigação também era prática fundamental nas inúmeras possibilidades de atuação do Direito, como por exemplo, na análise de um processo e das provas da argumentação das partes envolvidas. Quanto ao estudo do passado nacional, requeria investigação minuciosa dos fatos históricos, por se tratar de um conhecimento indireto em que a

forma de chegar ao fato, compactuada pelos que se dedicavam a escrita da história no Brasil em fins do século XIX e início XX, era por meio do documento. Ao investigar o passado não só partia-se do documento, mas com a aquisição de maior número possível do material, após dar a eles o tratamento adequado, esperava-se alcançar a completude da história.

Desse modo, mesmo considerando as especificidades de cada ofício, percebemos que a busca pela verdade do passado, pelo verdadeiro culpado de um crime ou ainda pela causa real de uma enfermidade, estando elas explícitas ou implícitas, exigiam esforços análogos no que se refere às indagações pormenorizadas, e comprovações. Conforme as contribuições de Carlo Ginzburg, no estudo “Sinais, raízes de um paradigma indiciário”, tais esforços podem ser compreendidos situando-os sobre um mesmo tapete “O tapete é o paradigma que chamamos a cada vez, conforme os contextos, de venatório, divinatório, indiciário ou semiótico.” (GINZBURG, 1989:170).

Desse modo, retomamos a questão que motivou esse texto: a organização de acervos no Brasil durante as primeiras décadas do século XX, perguntando: Trabalho para quem? Trabalho para aqueles cujos saberes impeliam a investigação para a produção ou aplicação de um conhecimento e cujas ciências de formação privilegiavam o esquadrihar de corpos e fatos.

Referências Bibliográficas:

ABREU, R. *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ANHEZINI, K. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

Caldeira, A. P. S. *A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870- 1882)*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Disponível em: http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Ana_Paula_Caldeira.pdf. Acesso em: 02 de junho de 2013.

Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, volume 56, 1939.

Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821/Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.

DELACROIX, C; DOSSE, F; GARCIA, P. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FARIA, A. C. G. O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: O Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro 1922-1958). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

_____. Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens. Rio de Janeiro: ABB, 1969.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUIMARÃES, L. M. P. Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

HARTOG, F. Evidencia da História: *O que os historiadores veem*. Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Editora Autentica: 2011.

Histórico da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO, disponível em: <http://www.unirio.br/cch/eb/ocurso.html#fragment-10> Acesso em 27 de maio de 2013.

MAGALHÃES, A. M. *Colecionando relíquias...Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934 – 1937)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História social) - UFRJ/ IFCS Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, M. G. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Rev. Bras. Hist.*, v. 30, n. 59, São Paulo, 2010.

ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 17, 1996.

SÁ, I. C. *80 anos da Escola de Museologia – UNIRIO*, disponível em: <http://www.unirio.br/museologia/escolademuseologia/apresentacao.htm> Acesso em 27 de maio de 2013.

SIQUEIRA, G. K.; GRANATO, M.; SÁ, I. C. Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, Rio de Janeiro. *Revista CPC*, n. 6, p. 142-169, São Paulo, 2008.